



**Mercedes-Benz Financial Services Portugal –
Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**

Relatório e Contas

2023

ÍNDICE

Relatório de Gestão.....	3
---------------------------------	----------

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados.....	8
Demonstração do Rendimento Integral.....	9
Balanço.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	12
Notas às Demonstrações Financeiras.....	13

Anexos

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Política de Remunerações de Colaboradores

Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. A Empresa e a atividade em 2023

Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (doravante designada por MBFSP ou Sociedade) é detida pela Mercedes-Benz Mobility AG (empresa detida pela Mercedes-Benz Group AG). A Sociedade tem como objetivo ser a primeira escolha como fornecedor de serviços financeiros para os Concessionários e Clientes finais, exercendo atividades de Retalho (financiamento de veículos ao cliente final) e de financiamento de stock (financiamento aos Concessionários para o stock de viaturas e peças) de viaturas do importador das marcas Mercedes-Benz e smart do Grupo Mercedes-Benz em Portugal (Mercedes-Benz Portugal, S.A. – doravante designada por Marca). A MBFSP e a Marca promovem ações conjuntas de modo a oferecer a proposta mais competitiva no mercado para a aquisição e financiamento do veículo, garantindo que ambas alcançam objetivos comerciais e de rentabilidade definidos pelos acionistas, bem como a fidelização dos clientes às marcas Mercedes-Benz e smart.

No decurso de 2022, assistiu-se à permanência da crise mundial de componentes eletrónicos, mantendo-se o nível produção de novas viaturas em níveis baixos quando comparado a anos pré-pandemia. O ano de 2023 marcou a retoma do setor Automóvel a valores pré-pandémicos e pré escassez de componentes elétricos. Segundo dados da ACAP, o mercado de veículos ligeiros de passageiros assinalou uma subida de sensivelmente 27% face a 2022, registando-se mais 42 mil unidades em comparação com o ano anterior (199.623 u vs 157.295).

Em termos de *performance*, o importador da marca Mercedes-Benz registou um aumento de cerca de 23% no número de novas unidades matriculadas face ao período homólogo, fruto da retoma da cadeia de produção bem como da introdução de novos modelos, com especial enfoque nas categorias de veículos Plug-in e 100% elétricos. Estes resultados mensuram-se numa quota de mercado a rondar os 8%, permitindo que a Mercedes-Benz continue a ser a marca *premium* do setor automóvel mais vendida em Portugal. No que se refere à marca smart, o ano de 2023 marca-se pelo fim das vendas do smart EQ ainda pertencendo à família de produtos do Grupo Mercedes-Benz, refletindo assim o posicionamento estratégico já anunciado com a criação da parceria entre a Mercedes-Benz AG e a Geely Automobile Group Co., Ltd.

Adicionalmente, em 2023 a MBFSP foi especialmente afetada pelo cenário macroeconómico e político vivido na Europa que conduziu ao aumento das taxas de inflação e que por consequência levou o Banco Central Europeu através dos seus instrumentos de política monetária a incrementar ao longo de 2023 as taxas de referência de financiamento bancário como a principal forma de conter a escalada da inflação. Neste âmbito, o setor financeiro assistiu ao aumento significativo dos custos de financiamento bancário, o que se traduziu numa dificuldade acrescida na manutenção de competitividade e na celebração de novos créditos.

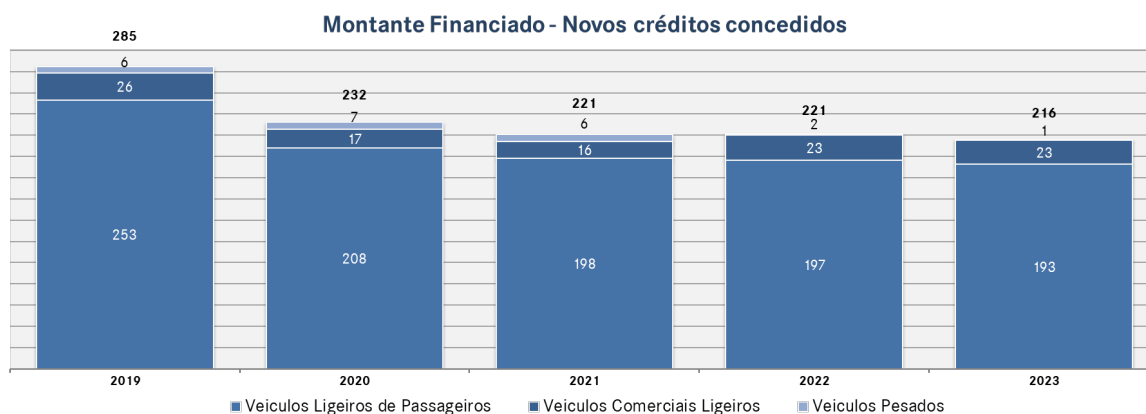
A taxa de penetração da Sociedade, que traduz o número relativo de unidades novas financiadas face ao total de matrículas da marca, atingiu os 45,7% no segmento dos veículos ligeiros de passageiros, marcada maioritariamente pela evolução das condições macroeconómicas mencionadas, observando um decréscimo de cerca 1,8%.

	2022				2023				Δ
	Mercado	Vendas Importador	Quota Mercado	Taxa de Penetração	Mercado	Vendas Importador	Quota Mercado	Taxa de Penetração	
Veículos Ligeiros de Passageiros	156 222	12 338	7,9%	47,5%	199 623	15 214	7,6%	45,7%	-1,8%
Total	156 222	12 338	7,9%	47,5%	199 623	15 214	7,6%	45,7%	-1,8%

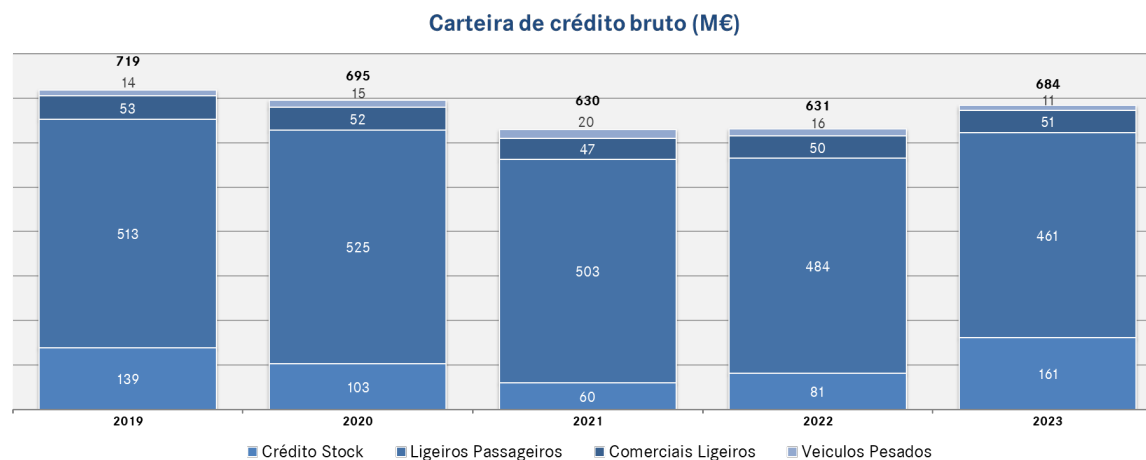
Nota: Taxa penetração conjunta com a Mercedes-Benz Aluguer de Veículos, Lda

O volume de novos créditos de retalho celebrados em 2023 ascendeu a cerca de 216 milhões de Euros, num total de 5.320 contratos, -2,4% face ao volume do ano transato.

Os veículos ligeiros de passageiros continuam a revelar-se o segmento de maior relevância no mercado e nas marcas Mercedes-Benz e smart, representando 89% do volume total financiado pela Sociedade – o volume neste segmento manteve-se estável, registando apenas uma ligeira quebra de 2,1% face a 2022.



A 31 de dezembro de 2023 a sociedade apresentava 684 milhões de Euros ilíquidos de provisões escriturados em balanço, +8,4% face a 2022. Segregando por linha de negócio, 76,5% respeitam à concessão de crédito automóvel a cliente final e os restantes 23,5% a crédito de stock, voltando assim à distribuição de portfolio pré-pandemia e falta de viaturas por dificuldades de produção derivado da escassez componentes eletrónicos, nomeadamente semicondutores



No que diz respeito aos desenvolvimentos de risco de crédito, em 2023 verificou-se uma redução no que concerne aos níveis de delinquência – o total de crédito em incumprimento há mais de 90 dias representa 0,71% do total da carteira de crédito, que se traduz num rácio positivo comparativamente ao mercado bem como à dimensão da sociedade.

Foi dada continuidade à estratégia de desenvolvimento da Sociedade bem como à manutenção de recursos humanos e otimização de processos nas áreas vitais, nomeadamente aquelas que têm impacto direto na qualidade do serviço, tais como o atendimento ao cliente, rede de concessionário Mercedes-Benz / smart e análise de crédito. Tem sido dado enfoque a projetos com vista à melhoria do serviço prestado aos clientes bem como o aumento de eficiência operacional da empresa e mitigação de riscos operacionais

1. Perspetivas futuras

A Administração perspetiva um ano de 2024 com desafios no setor automóvel e no mercado financeiro fruto da perspetiva de um cenário macroeconómico Europeu desafiante. No entanto, a Administração encontra-se focada no acompanhamento da marca e cliente e na manutenção da qualidade da carteira de crédito e rentabilidade do negócio.

2. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o lucro do exercício de 8.341.682 Euros, deduzido do montante de 834.168 Euros destinado à reserva legal, seja distribuído sob forma de dividendos ao seu acionista.

3. Nota Final

O Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos ao seu Acionista, Clientes, Parceiros de Negócio e em especial a todos os colaboradores que de forma empenhada se têm dedicado ao exercício das suas funções, bem como a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a consecução dos objetivos atingidos num ano particularmente volátil e desafiante.

Abrunheira, 25 de março de 2024

A Administração

Paulo Santar
Ferreira

Digitally signed by
Paulo Santar Ferreira
Date: 2024.03.26
20:18:48 Z

CMACHA
D

Digitally signed by
CMACHAD
Date: 2024.03.27
18:00:37 Z



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Resultados	Notas	2023 Euros	2022 Euros	
Receitas de juros	3	37.412.303	27.039.191	
Ativos financeiros pelo custo amortizado		33.122.884	20.124.935	
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		1.593	-	
Derivados - Contabilidade de cobertura, risco de taxa de juro		4.287.827	6.914.256	
Despesas com juros	3	(23.091.320)	(10.473.877)	
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		(14.287.859)	(2.712.537)	
Derivados - Contabilidade de cobertura, risco de taxa de juro		(8.803.462)	(7.758.482)	
Outros passivos		-	(2.858)	
Receitas de taxas e comissões	4	2.538.248	3.221.664	
Despesas com taxas e comissões	4	(509.007)	(507.348)	
Outras receitas operacionais	5	5.355.609	4.420.342	
Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	6	378.100	262.488	
Outras despesas operacionais	7	(1.466.948)	(1.423.391)	
RECEITAS OPERACIONAIS TOTAIS		20.616.986	22.539.069	
Despesas administrativas		(11.279.097)	(10.943.326)	
Despesas de pessoal	8	(4.535.561)	(4.704.576)	
Outras despesas administrativas	9	(6.743.536)	(6.238.749)	
Depreciação	10	(18.616)	(23.904)	
Ativos fixos tangíveis		(18.616)	(23.904)	
Provisões ou reversão de provisões	11	(42.202)	(362.816)	
Outras provisões		(42.202)	(362.816)	
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	12	(2.226.469)	3.174.460	
Ativos financeiros pelo custo amortizado		(2.226.469)	3.174.460	
LUCROS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		11.503.539	8.034.564	
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	13	(3.161.856)	(2.695.356)	
LUCROS DO EXERCÍCIO		8.341.682	5.339.208	
Resultado por ação				
	Básico	14	0,463	0,297
	Diluído	14	0,463	0,297

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Digitally signed by
MADEIRP
Date: 2024.03.25 11:23:25 Z

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Santar
FerreiraDigitally signed by
Paulo Santar Ferreira
Date: 2024.03.26
20:19:26 Z


CMACHAD

Digitally signed by
CMACHAD
Date: 2024.03.27 18:01:20 Z

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	2023 Euros	2022 Euros
Lucros do exercício	8.341.682	5.339.208
Rendimento integral total do exercício	8.341.682	5.339.208

O CONTABILISTA CERTIFICADO

 Digitally signed by
MADEIRP
Date: 2024.03.25
11:24:45 Z

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Paulo
Santar
Ferreira** Digitally signed by
Paulo Santar Ferreira
Date: 2024.03.26
20:19:58 Z



CMACHAD Digitally signed by
CMACHAD
Date: 2024.03.27
18:02:08 Z

	Notas	2023 Euros	2022 Euros
Demonstração da Posição Financeira - Ativo			
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais	15	8.133.682	2.311.610
Outros depósitos à ordem		8.133.682	2.311.610
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	16	50.525	52.189
Derivados		-	-
Empréstimos e Adiantamentos		50.525	52.189
Ativos financeiros pelo custo amortizado	17	674.408.648	615.294.573
Empréstimos e Adiantamentos		674.408.648	615.294.573
Derivados - Contabilidade de cobertura	17	8.527	40.764
Ativos tangíveis	18	58.662	77.278
Ativos fixos tangíveis		58.662	77.278
Ativos intangíveis	19	-	-
Outros ativos intangíveis		-	-
Ativos por impostos	20	96.121	945.243
Ativos por impostos correntes		-	714.809
Ativos por impostos diferidos		96.121	230.434
Outros ativos	21	9.393.419	43.674.113
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	22	360.692	126.035
Ativos Totais		692.510.275	662.521.804
Demonstração da Posição Financeira - Passivo			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	23	586.893.982	563.164.473
Outros passivos financeiros		586.893.982	563.164.473
Derivados - Contabilidade de cobertura	23	1.445.740	5.550.203
Provisões	24	659.403	617.201
Outras provisões		659.403	617.201
Passivos por impostos	25	1.189.077	-
Passivos por impostos correntes		1.189.077	-
Outros passivos	26	19.774.581	14.178.830
Passivos Totais		609.962.783	583.510.707
Demonstração da Posição Financeira - Capital Próprio			
Capital	27	18.001.000	18.001.000
Capital realizado		18.001.000	18.001.000
Lucros retidos	28	48.904.766	48.904.765
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		8.341.682	5.339.208
Outras reservas	29	7.300.045	6.766.124
Outros		7.300.045	6.766.124
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL		82.547.492	79.011.097
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS		692.510.275	662.521.804

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Digitally signed by
MADEBP
Date: 2024.03.25
11:25:17 Z

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


 Digitally signed by
Paulo Santar Ferreira
Date: 2024.03.26
20:20:27 Z
 
 Digitally signed
by CMACHAD
Date: 2024.03.27
18:02:52 Z

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	Notas	2023 Euros	2022 Euros
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		42.461.695	32.921.007
Juros, comissões e outros custos pagos		(27.095.751)	(15.006.077)
Pagamentos a fornecedores e empregados		(8.734.317)	(7.868.543)
Outros pagamentos e recebimentos		8.547.424	4.575.483
		15.179.052	14.621.870
Varição nos ativos e passivos operacionais			
Fundos adiantados a clientes		(54.856.277)	369.471
Débitos para com instituições de crédito		(48.000.000)	(12.000.000)
Débitos para com empresas grupo		102.399.596	10.411.237
Débitos para com clientes		-	(13.756)
		(456.681)	(1.233.048)
Impostos sobre os rendimentos pagos		(2.424.753)	(3.839.080)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		12.297.618	9.549.741
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		-	8.447
Aumentos em outras contas do ativo		(1.671.923)	(264.985)
Investimento em associadas		1.663	(7.467)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(1.670.260)	(264.004)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(4.805.287)	(8.984.424)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(4.805.287)	(8.984.424)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		5.822.072	301.313
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		2.311.611	2.010.298
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		8.133.682	2.311.611
Caixa e seus equivalentes engloba			
Disponibilidades em outras IC	15	8.133.682	2.311.610
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		8.133.682	2.311.610

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Digitally signed by MADEIRP
Date: 2024.03.25 11:26:15 Z


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


 Digitally signed by Paulo Santar Ferreira
Date: 2024.03.26 20:20:58 Z
 
 Digitally signed by CMACHAD
Date: 2024.03.27 18:03:33 Z

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

	Capital	Lucros retidos	Outras reservas	Lucros ou prejuízos (-) atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Total
Saldo inicial 31-dez-22	18.001.000	48.904.765	5.767.855	9.982.693	82.656.313
Transferências entre componentes do capital próprio	-	8.984.424	-	-	8.984.424
Dividendos	-	(8.984.424)	-	-	(8.984.424)
Outros aumentos ou reduções (-) do capital próprio	-	-	998.269	(9.982.693)	(8.984.424)
Rendimento integral total do exercício	-	-	-	5.339.208	5.339.208
Saldo final 31-dez-22	18.001.000	48.904.765	6.766.124	5.339.208	79.011.097
Transferências entre componentes do capital próprio	-	4.805.287	-	-	4.805.287
Dividendos	-	(4.805.287)	-	-	(4.805.287)
Outros aumentos ou reduções (-) do capital próprio	-	-	533.921	(5.339.208)	(4.805.287)
Rendimento integral total do exercício	-	-	-	8.341.682	8.341.682
Saldo final 31-dez-23	18.001.000	48.904.765	7.300.045	8.341.682	82.547.492

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Digitally signed by
MADEIRP
Date: 2024.03.25
11:28:11 Z

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 Paulo Santar
Ferreira
 Digitally signed by
Paulo Santar Ferreira
Date: 2024.03.26
20:21:26 Z

 CMACHAD
 Digitally signed by
CMACHAD
Date: 2024.03.27 18:04:17
Z

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (SFIC ou Sociedade) foi constituída por escritura pública no decurso do mês de maio de 2004 e iniciou a sua atividade no mês de julho de 2004.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005 (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015), as demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas, desde o exercício de 2016, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 21 de março de 2024. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

Passamos a descrever as principais políticas contabilísticas em vigor. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

1.2 Ativos Financeiros - Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- o modelo de negócio da Sociedade para a gestão do ativo financeiro; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

A Sociedade procedeu, com referência a 1 de janeiro de 2021, a uma avaliação do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é detido, ao nível do portefólio, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. A informação considerada nesta avaliação incluiu:

- as políticas e objetivos estabelecidos para o portefólio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia de gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos ativos financeiros à duração dos passivos que financiam estes ativos ou na realização de cash flows através da venda dos ativos;
- a forma como a performance do portefólio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão da Sociedade;

- a avaliação dos riscos que afetam a performance do modelo de negócio (e dos ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos.

Avaliação se os cash flows contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - Solely Payments of Principal and Interest)

Para efeitos desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. "Juro" é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período de tempo e para outros riscos e custos associados à atividade (ex. risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os cash flows contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, a Sociedade considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI.

1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao custo amortizado" se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

A categoria de "Ativos financeiros ao custo amortizado" inclui disponibilidades em outras instituições de crédito e crédito a clientes geridos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

As disponibilidades em outras instituições de crédito e os créditos a clientes são reconhecidos na data em que os fundos são disponibilizados à contraparte (settlement date).

Os ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (nota 1.5), as quais são registadas por contrapartida da rubrica "Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado".

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e rendimentos similares", com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas geradas no momento do seu desreconhecimento são registadas na rubrica "Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao custo amortizado".

1.2.2. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Sociedade para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições para ser mensurado ao custo amortizado, nem ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

1.2.3. Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

1.2.4. Modificação e desreconhecimento de ativos financeiros

A Sociedade desreconhece estes ativos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros. Quando ocorre uma transferência destes ativos, o desreconhecimento apenas pode ser efetuado quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlo dos mesmos.

1.2.5. Perdas por imparidade

A Sociedade reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros ao custo amortizado

As perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica “Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado” (em resultados), sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

1.3 Ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos a clientes

As Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes aos exercícios de 2022 e de 2023 foram preparadas de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme segue.

A rubrica ativos financeiros pelo custo amortizado, corresponde ao crédito concedido a clientes e inclui os empréstimos originados pela Sociedade, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

1.4 Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes ativos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor atual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

1.5 Locações

A Sociedade enquanto locatária:

A Sociedade reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em/ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente, deduzido de qualquer incentivo concedido.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados considerando a taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental de financiamento aplicável à Sociedade.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos à locação a receber;
- os pagamentos de locação variável, que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de entrada em vigor;
- as quantias que deverão ser pagas a título de garantia do valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que essa opção seja exercida; e
- o pagamento de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação.

Subsequentemente, o locatário deve aumentar a quantia escriturada do passivo da locação de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação e reduzir a quantia escriturada do passivo da locação de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A Sociedade não reconhece como um ativo sob direito de uso ou um passivo de locação, os contratos de locação com uma duração inferior a 12 meses ou locações de ativos com baixo valor. Nesses casos, a Sociedade reconhece os dispêndios associados a essas locações, como gastos do exercício ao longo do período de vida dos contratos.

Depreciação

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos fixos tangíveis.

Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

A Sociedade enquanto locadora:

Enquanto locadora, os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como rendimentos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido aos clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.6 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui ainda as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

1.7 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva;

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;

- Quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

1.8 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos que refletem a vida útil esperada:

Número de Anos

Equipamento:

Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.9 Ativos intangíveis

“Software”

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.10 Caixa e saldos de caixa em bancos centrais

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data da sua contratação, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais

1.11 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a formalidade legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

1.12 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.13 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento no capital próprio. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de juro da data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.14 Relato por segmentos

Considerando que a Sociedade não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, a Sociedade não apresenta informação relativa aos segmentos.

1.15 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, outros empréstimos e passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

1.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.17 Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

2. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRSs estabelecem um conjunto de tratamentos contábilísticos que requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Sociedade são analisadas nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, as normas contábilísticas permitem um tratamento contábilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

A Sociedade efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito, de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.2.

O processo de avaliação da carteira de crédito, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Imposto sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação

fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registrados nas demonstrações financeiras.

3. Receitas e despesas de juros

A rubrica é composta por:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Locação financeira	25.182.856	16.680.791
Crédito ao consumo	4.362.343	3.039.628
Crédito tomado	3.577.685	404.516
Derivados	4.289.420	6.914.256
Receitas de juros	37.412.303	27.039.191
Recursos de instituições de crédito no país	(14.287.859)	(2.712.537)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-
Derivados	(8.803.462)	(7.761.340)
Despesas com juros	(23.091.320)	(10.473.877)
Margem financeira	14.320.983	16.565.314

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões, que são registados em resultados na rubrica Receitas de Juros, podem ser analisados como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Proveitos resultantes de comissões cobradas	12.198.667	12.168.334
Custos resultantes de comissões pagas	(4.056.029)	(3.845.198)
	8.142.638	8.323.136

4. Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica é composta por:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Outros proveitos de serviços e comissões	2.538.248	3.221.664
Receitas de taxas e comissões	2.538.248	3.221.664
Outros custos com serviços e comissões	(509.007)	(507.348)
Despesas com taxas e comissões	(509.007)	(507.348)
Resultados líquidos de serviços e comissões	2.029.242	2.714.317

A rubrica referente a Outros proveitos de serviços e comissões registam as comissões recebidas das seguradoras, no âmbito da angariação de negócio.

A rubrica referente a Outros custos com serviços e comissões registam as despesas bancárias pagas no âmbito das operações bancárias efetuadas.

5. Outras receitas operacionais

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Reembolso de despesas	2.216.628	2.657.188
Outros proveitos de exploração	3.138.981	1.763.154
Outras receitas operacionais	5.355.609	4.420.342

A rubrica Reembolso de despesas inclui o montante de Euros 744.620 (2022: Euros 828.202), referente a valores de portes faturados ao cliente.

Esta rubrica também inclui o montante de Euros 354.062 (2022: Euros 734.113), referente à refaturação de valores ao cliente, nomeadamente os contratos de manutenção com a MBP, acerto de quilómetros e acondicionamento calculados no final do contrato, bem como outros acertos de contrato.

Nesta rubrica está ainda incluído o montante de Euros 299.999 (2022: Euros 280.477), referente a despesas de devolução de rendas.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 933.455 (2022: Euros 781.522), referente a valores faturados à Mercedes-Benz Aluguer Veículos, Lda., por participação nas despesas de funcionamento.

Nesta rubrica encontra-se inclui ainda o montante de Euros 163.324 (2022: Euros 58.209), referente a ganhos obtidos por indemnizações por incumprimento de contratos de locação financeira.

6. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Mais-valias em bens de locação financeira	2.123.326	1.110.967
Menos-valias em bens de locação financeira	(1.745.226)	(848.479)
Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	378.100	262.488

As rubricas referentes a Mais e Menos-valias em bens de locação financeira registam ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respetivamente.

7. Outras despesas operacionais

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Impostos	(408.939)	(390.486)
Donativos e quotizações	(20.942)	(16.853)
Outros custos de exploração	(1.037.067)	(1.016.053)
Outras despesas operacionais	(1.466.948)	(1.423.391)

A rubrica Outros custos de exploração é constituída maioritariamente por montantes de W'off internos. O ano de 2023 apresenta um aumento face ao ano de 2022.

8. Despesas de pessoal

A rubrica é composta por despesas com pessoal e outras despesas administrativas:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Remunerações	3.613.994	3.424.557
Encargos sociais obrigatórios	728.811	619.192
Encargos sociais facultativos	80.742	72.735
Outros encargos	112.014	588.093
Despesas de pessoal	4.535.561	4.704.576

O efetivo médio e trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Dez 2023	Dez 2022
Administradores	4	4
Técnicos	72	69
	76	73

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por quatro administradores, dos quais três são administradores com funções executivas e um é administrador não executivo.

No ano de 2023, os custos com benefícios a curto prazo de empregados e pagamento com base em ações, relativos a administradores, ascenderam, respetivamente, a Euros 663.125,63 € e Euros 35.251,80 €.

9. Outras despesas administrativas

A rubrica é composta por:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Água, energia e combustíveis	29.994	46.725
Rendas e alugueres	359.483	370.319
Comunicação e despesas de expedição	190.068	274.674
Deslocações, estadas e representação	98.970	97.941
Publicidade e acções promocionais	370.069	256.207
Conservação e reparação	25.009	28.451
Formação de pessoal	4.317	2.105
Seguros	20.212	21.120
Serviços especializados	3.704.039	3.517.436
Outros serviços de terceiros	1.941.374	1.623.771
Outras despesas administrativas	6.743.536	6.238.749

A rubrica Rendas e alugueres, no montante de Euros 359.483 (2022: Euros 370.319), refere-se a rendas incorridas com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. pela utilização das instalações da Sociedade e aluguer de viaturas. Tratando-se de locações de curto prazo, tal como previsto na IFRS 16, não foi considerado o correspondente ativo sob direito de uso.

A rubrica de Serviços especializados inclui os montantes de Euros 1.469.308 (2022: 857.746), referentes a custos com informática e de Euros 484.026 (2022: Euros 497.275), referentes a honorários de advogados assim como custos em análises, estudos e pareceres por apoio jurídico prestado para a recuperação de viaturas e crédito vencido.

A rubrica Serviços especializados inclui honorários faturados durante o exercício de 2023 e 2022 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que de acordo com o disposto no art.º 66º-A, nº 1, b) do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2023 Euros	2022 Euros
Revisão legal das contas anuais	15.300	14.040
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	25.030	22.960
	40.330	37.000

10. Depreciação

A rubrica é composta por:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Ativos tangíveis		
Obras em imóveis arrendados	17.141	17.376
Mobiliário e material	1.475	6.528
Outros ativos tangíveis	-	-
Ativos tangíveis	18.616	23.904
Sistemas de tratamento automático de dados	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Depreciações e amortizações	18.616	23.904

11. Provisões ou reversão de provisões

A rubrica, é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Outras provisões		
Dotações do exercício	208.081	423.106
Reversões do exercício	(165.879)	(60.290)
Outras provisões	42.202	362.816

12. Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados

A rubrica é analisada como segue:

	2023 Euros	2022 Euros
Dotações do exercício	1.361.186	5.350.707
Reversões do exercício	(3.587.655)	(2.176.248)
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(2.226.469)	3.174.460

13. Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação

O encargo com impostos sobre lucros no exercício, é analisado como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Impostos correntes:		
Do exercício	(3.222.139)	(2.619.349)
Correcções Imposto exercício anterior	194.596	41.421
Impostos correntes	(3.027.543)	(2.577.928)
Impostos diferidos:		
Diferenças temporárias		
Rendimentos	14.059	111.322
Encargos	(148.373)	(228.750)
Impostos diferidos	(134.313)	(117.428)
Impostos sobre lucros no exercício	(3.161.856)	(2.695.356)

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). Nos termos previstos na Lei n.º 7-82-B/2014, de 31 de dezembro, a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 9% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). Nos termos previstos na Lei n.º 7-82-B/2014, de 31 de dezembro, a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 9% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Para o exercício de 2023, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa de 26% resultante do cálculo médio das taxas de IRC global, incluindo Derrama Municipal e Estadual tendo por base o período de dezembro de 2022 a dezembro de 2023.

As declarações de autoliquidação do IRC da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros		Dez 2022 Euros	
	%	Euros	%	Euros
Resultado antes de imposto		11.503.539		8.034.564
Taxa de imposto corrente	22,5%	2.588.296	22,5%	1.807.777
Derrama Estadual	3,6%	411.756	3,8%	301.456
Provisões não dedutíveis	-1,3%	(4.875)	-1,3%	172.469
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,1%	(1.735)	-0,1%	(1.744)
Prejuízos fiscais	0,0%	-	0,0%	-
Tributação autónoma e outros impactos				
Tributação autónoma	0,7%	79.981	1,0%	83.840
Outros impactos	0,8%	88.433	4,1%	331.558
Impostos sobre lucros no exercício	27,5%	3.161.856	33,5%	2.695.356

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Imparidade para crédito e Outras Provisões	(134.313)	(117.428)
	(134.313)	(117.428)

14. Lucro do exercício

O resultado por ação é calculado da seguinte forma:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Resultado líquido	8.341.682	5.339.208
Número médio de ações	18.001.000	18.001.000
Resultado por ação básico	0,463	0,297
Resultado por ação diluído	0,463	0,297

O resultado básico por ação é calculado efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas pelo número médio de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de ações compradas pela Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e detidas na carteira como ações próprias.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando as ações ordinárias potenciais ao número médio de ações ordinárias, as quais podem resultar de dívida convertível e de opções sobre ações. Os encargos com estes instrumentos são igualmente ajustados ao resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. não detinha ações potenciais ordinárias, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

15. Caixa e saldos de caixa em bancos centrais

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Instituições de crédito no país	8.133.682	2.311.610
Outros depósitos à ordem	8.133.682	2.311.610

A análise da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito por prazo de maturidade, é a seguinte:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Até 3 meses	8.133.682	2.311.610

A taxa de remuneração das disponibilidades no exercício de 2023 e 2022 foi de 0%.

16. Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Empréstimos e Adiantamentos	50.525	52.189
	50.525	52.189

17. Ativos financeiros pelo custo amortizado

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Crédito vincendo		
Locação financeira	449.783.831	477.542.881
Crédito ao consumo	63.538.807	59.056.885
Crédito tomado	160.605.257	80.123.383
	673.927.895	616.723.149
Crédito vencido		
Até 3 meses	2.201.073	6.782.769
De 3 meses a 1 ano	1.131.482	42.902
De 1 ano até 3 anos	3.079.777	270.297
Mais de 3 anos	576.878	30.629
	6.989.210	7.126.597
Total crédito vincendo e crédito vencido	680.917.105	623.849.746
Imparidade para crédito concedido	(6.508.457)	(8.555.174)
Crédito a clientes	674.408.648	615.294.573

A rubrica Locação financeira é constituída por contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado novo.

A rubrica Crédito é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado usados.

Não existe valor de crédito concedido aos órgãos de administração do grupo, ao abrigo do n.º 4, do Art.º 85 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado é constituída por contratos de financiamento de stocks com os concessionários fornecedores da Sociedade.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos.

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Até 3 meses	172.774.714	100.482.865
De 3 meses a 1 ano	74.914.283	57.051.093
De 1 ano a 2 anos	144.617.144	125.625.645
De 2 anos a 3 anos	119.024.923	152.177.683
De 3 anos a 4 anos	101.091.858	131.215.242
De 4 anos a 5 anos	46.897.891	38.334.309
Mais de 5 anos	14.607.082	11.836.312
Duração indeterminada (Crédito vencido)	6.989.210	7.126.597
Total crédito vincendo e crédito vencido	680.917.105	623.849.746

A análise da rubrica de Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia é a seguinte:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Crédito vincendo		
Créditos com garantias reais	280.532.120	260.768.775
Créditos sem garantias	393.395.775	355.954.375
	673.927.895	616.723.149
Crédito vencido		
Créditos com garantias reais	632.456	425.305
Créditos sem garantias	6.356.754	6.701.292
	6.989.210	7.126.597
Total crédito vincendo e crédito vencido	680.917.105	623.849.746

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa é a seguinte:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Taxa fixa	164.791.420	204.111.161
Taxa variável	509.136.475	412.611.988
Total crédito vincendo	673.927.895	616.723.149

A análise da rubrica Créditos a clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Crédito vincendo		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	272.367.602	253.789.144
Crédito ao consumo	45.834.032	44.504.235
Crédito tomado	160.605.257	80.123.383
	<u>478.806.891</u>	<u>378.416.762</u>
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	177.416.230	223.753.738
Crédito ao consumo	17.704.774	14.552.650
	<u>195.121.004</u>	<u>238.306.388</u>
Total crédito vincendo	673.927.895	616.723.149
Crédito e juros vencidos		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	3.608.564	3.890.469
Crédito ao consumo	422.579	434.466
Crédito tomado	866.776	525.917
	<u>4.897.919</u>	<u>4.850.852</u>
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	2.018.069	2.159.522
Crédito ao consumo	73.222	116.223
	<u>2.091.291</u>	<u>2.275.745</u>
Total crédito vencido	6.989.210	7.126.597
Imparidade para crédito concedido	(6.508.457)	(8.555.174)
Crédito a clientes	674.408.648	615.294.573

A reconciliação da rubrica Locação financeira, por prazos residuais é apresentado como segue:

2023					
Pagamentos a receber não descontados					
	Rendas Vincendas	Valores Residuais	Pagamentos de locação não descontados	Juros Vincendos	Investimento líquido na locação
Até 3 meses	2.334.849	8.593.820	10.928.669	80.099	10.848.570
De 3 meses a 1 ano	20.479.496	48.712.754	69.192.250	2.128.251	67.063.999
De 1 ano a 2 anos	66.706.184	69.069.256	135.775.440	7.197.335	128.578.105
De 2 anos a 3 anos	68.145.435	48.245.389	116.390.823	11.183.141	105.207.682
De 3 anos a 4 anos	61.765.741	45.732.041	107.497.782	15.719.570	91.778.212
De 4 anos a 5 anos	29.625.180	16.521.171	46.146.351	8.138.089	38.008.262
Mais de 5 anos	9.291.797	1.259.757	10.551.554	2.251.554	8.300.000
	258.348.681	238.134.188	496.482.869	46.698.038	449.784.831

2022					
Pagamentos a receber não descontados					
	Rendas Vincendas	Valores Residuais	Pagamentos de locação não descontados	Juros Vincendos	Investimento líquido na locação
Até 3 meses	7.849.562	11.711.908	19.561.470	582.165	18.979.305
De 3 meses a 1 ano	21.316.802	33.234.982	54.551.784	1.079.551	53.472.233
De 1 ano a 2 anos	60.468.538	59.478.107	119.946.644	4.653.460	115.293.184
De 2 anos a 3 anos	88.927.067	47.129.738	136.056.805	6.511.474	129.545.331
De 3 anos a 4 anos	82.142.674	45.469.310	127.611.985	10.121.871	117.490.114
De 4 anos a 5 anos	24.794.167	14.835.571	39.629.737	4.923.706	34.706.032
Mais de 5 anos	7.782.597	1.657.302	9.439.899	1.383.217	8.056.682
	293.281.406	213.516.918	506.798.324	29.255.443	477.542.881

Os movimentos da Imparidade específica para crédito concedido são analisados como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	8.555.174	5.709.742
Ajustamento IFRS 9	-	-
Dotações do exercício	869.711	5.437.987
Reversões do exercício	(3.046.897)	(2.384.401)
Utilizações do exercício	130.469	(208.154)
Saldo em 31 de Dezembro	6.508.457	8.555.174

Durante o exercício de 2023, a Sociedade realizou anulação de créditos no valor de Euros 130.469 e no exercício de 2022 procedeu à anulação de créditos no montante de Euros 208.154.

No quadro seguinte é possível encontrar a informação relativa à movimentação da imparidade, neste caso, com o formato FINREP. É visível que o saldo inicial já reflete a alteração para a IFRS 9 sendo que o saldo final inclui o montante da provisão relativa aos ativos detidos para venda uma vez que se enquadra no modelo aplicado pelo Grupo.

	Saldo Abertura	Dotações	Reversões	Alteração risco crédito	Write-off	Saldo Final 2023
Provisões para ativos financeiros sem aumento do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Stage 1)	(2.533.666)	(229.402)	1.799.474	(1.058.890)	-	(2.022.484)
Provisões para instrumentos de dívida com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas não com imparidade de crédito (Stage 2)	(939.372)	(105.843)	384.693	3.714	-	(656.808)
Provisões para instrumentos de dívida com imparidade de crédito (Stage 3)	(5.428.477)	(633.149)	1.064.300	790.020	31.798	(4.175.507)
Total	(8.901.515)	(968.394)	3.248.468	(265.156)	31.798	(6.854.798)

É de referir que os valores acima referidos não incluem os relativos às provisões para ativos não correntes para venda (apresentados na nota 22) uma vez que esta provisão é constituída para contas estatutárias sendo efetuado um ajustamento à posteriori com base nos valores apurados no modelo de imparidade (Euros 346.341 relativo a 2023).

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Relativamente aos derivados, segue abaixo o detalhe:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Derivados - Contabilidade de cobertura	8.527	40.764
	8.527	40.764

Os valores apresentados respeitam aos juros corridos a receber até Dezembro de 2023 relativamente aos derivados de cobertura cujos detalhes são apresentados na nota 23 do Anexo.

18. Ativos tangíveis

A rubrica é analisada como segue:

	2023	2022
	Euros	Euros
Obras em imóveis arrendados	272.794	272.794
Mobiliário e material	94.453	94.453
Máquinas e ferramentas	426	426
Equipamento informático	239.401	239.401
Instalações interiores	52.924	52.924
Material de Transporte	-	-
Equipamento de segurança	4.140	4.140
Outros Ativos tangíveis	3.330	3.330
Custo de aquisição	667.468	667.468
Relativas ao exercício corrente	(18.616)	(23.904)
Abates/ Regularizações	-	37.193
Relativas a exercícios anteriores	(590.189)	(603.479)
Depreciações acumuladas	(608.806)	(590.189)
Ativos tangíveis	58.662	77.278

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o ano de 2023, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	272.794	-	-	272.794
Mobiliário e material	94.453	-	-	94.453
Máquinas e ferramentas	426	-	-	426
Equipamento informático	239.401	-	-	239.401
Instalações interiores	52.924	-	-	52.924
Material de Transporte	-	-	-	-
Equipamento de segurança	4.140	-	-	4.140
Outros ativos tangíveis	3.330	-	-	3.330
Custo de aquisição	667.468	-	-	667.468
Obras em imóveis arrendados	198.604	17.141	-	215.746
Mobiliário e material	91.365	1.475	-	92.840
Máquinas e ferramentas	425	-	-	425
Equipamento informático	239.401	-	-	239.401
Instalações interiores	52.925	-	-	52.925
Material de Transporte	-	-	-	-
Equipamento de segurança	4.140	-	-	4.140
Outros ativos tangíveis	3.329	-	-	3.329
Depreciações acumuladas	590.189	18.616	-	608.806
Ativos tangíveis	77.278	(18.616)	-	58.662

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o ano de 2022, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	274.705	-	(1.911)	272.794
Mobiliário e material	138.183	-	(43.730)	94.453
Máquinas e ferramentas	426	-	-	426
Equipamento informático	239.401	-	-	239.401
Instalações interiores	52.924	-	-	52.924
Material de Transporte	-	-	-	-
Equipamento de segurança	4.140	-	-	4.140
Outros ativos tangíveis	3.330	-	-	3.330
Custo de aquisição	713.108	-	(45.641)	667.468
Obras em imóveis arrendados	182.072	17.376	(844)	198.604
Mobiliário e material	121.187	6.528	(36.349)	91.365
Máquinas e ferramentas	425	-	-	425
Equipamento informático	239.401	0	-	239.401
Instalações interiores	52.925	0	-	52.925
Material de Transporte	-	-	-	-
Equipamento de segurança	4.140	0	-	4.140
Outros ativos tangíveis	3.329	-	-	3.329
Depreciações acumuladas	603.479	23.904	(37.193)	590.189
Ativos tangíveis	109.629	(23.904)	(8.447)	77.278

19. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 Euros	2022 Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	521.999	521.999
Despesas de I&D	18.330	18.330
Outros ativos intangíveis	23.772	23.772
Custo de aquisição	564.101	564.101
Relativas ao exercício corrente	-	-
Relativas a exercícios anteriores	(564.101)	(564.101)
Amortizações acumuladas	(564.101)	(564.101)
Ativos intangíveis	-	-

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2023, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento				
automático de dados	491.999	-	-	491.999
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Custo de aquisição	564.101	-	-	564.101
Sistemas de tratamento				
automático de dados	492.000	-	-	492.000
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Amortizações acumuladas	564.101	-	-	564.101
Ativos intangíveis	-	-	-	-

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2022, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento				
automático de dados	491.999	-	-	491.999
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Custo de aquisição	564.101	-	-	564.101
Sistemas de tratamento				
automático de dados	492.000	-	-	492.000
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Amortizações acumuladas	564.101	-	-	564.101
Ativos intangíveis	-	-	-	-

20. Ativos por impostos

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2023 Euros		2022 Euros	
	Ativos Euros	Passivos Euros	Ativos Euros	Passivos Euros
Imparidade para Crédito	96.121	-	230.434	-
	96.121	-	230.434	-
Impostos diferidos	96.121		230.434	

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2023 Euros	2022 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	230.434	347.862
Ajustamento IFRS 9	-	-
Reconhecido em resultados	(134.313)	(117.428)
Saldo em 31 de Dezembro	96.121	230.434

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	-	2.619.349
Carga fiscal paga (do exercício)	-	(3.334.158)
Ativo por impostos correntes	-	714.809

21. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	620.335	1.026.634
Outros devedores	3.648.648	37.896.748
Despesas com custos diferidos	9.746	124.010
Outras contas de regularização	5.114.690	4.626.720
Outros ativos	9.393.419	43.674.113
Imparidade de outros ativos	-	-
Outros ativos	9.393.419	43.674.113

A 31 de dezembro de 2023, a rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber inclui o montante de Euros 620.335 (2022: Euros 626.243), que representa o IVA a recuperar relativo à emissão de notas de crédito.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 1.931.716 (2022: Euros 1.076.718) referente a débitos a empresas do grupo.

A rubrica Outros devedores apresenta uma diminuição aproximadamente 34m€, derivado ao saldo do cashpooling à data.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 764.478 (2022: Euros 770.635) referente a valores a receber de participações em contratos realizados no âmbito de campanhas efetuadas em conjunto com a Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A..

22. Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Equipamento	707.034	472.376
Perdas por imparidade	(346.341)	(346.341)
Ativos não correntes detidos para venda	360.692	126.035

A rubrica Equipamento no montante de Euros 707.034 (2022: Euros 472.376), representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra, ou por resolução de contratos. O valor desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação.

A Imparidade de outros ativos refere-se à imparidade para aplicações por recuperação de crédito e corresponde às diferenças positivas entre os montantes registados na rubrica Ativos não correntes detidos para venda e o respetivo valor de mercado, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.4.

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	2023 Euros	2022 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	346.341	346.341
Dotações do exercício	-	-
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	346.341	346.341

23. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Instituições de crédito no país	386.248.442	433.581.190

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, de acordo com o prazo remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2023 Euros	2022 Euros
Até 3 meses	56.248.442	45.581.190
3 meses até 1 ano	150.000.000	153.000.000
1 ano até 5 anos	180.000.000	235.000.000
	386.248.442	433.581.190

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Empréstimos de Não Residentes Daimler AG	4.714.230	-
Empréstimos de Não Residentes DMO	197.377.050	135.133.486
Correções de valor de passivos que sejam objeto de operações de cobertura	(1.445.740)	(5.550.203)
Outros empréstimos	200.645.540	129.583.282

A análise da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2023 Euros	2022 Euros
Até 3 meses	103.645.540	59.583.282
3 meses a 1 ano	20.000.000	30.000.000
1 ano até 5 anos	77.000.000	40.000.000
	200.645.540	129.583.282

Derivados e contabilidade de cobertura

A MBFS realizou em 2023 operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações de taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor notional.

2023		
	Montante notional	Valor contabilístico
< 3 meses	10.000.000	-
De 3 meses a 1 ano	65.000.000	1.445.740
	75.000.000	1.445.740
2022		
	Montante notional	Valor contabilístico
< 3 meses	30.000.000	-
De 3 meses a 1 ano	68.000.000	-
> 1 ano	75.000.000	5.550.203
	173.000.000	5.550.203

No exercício de 2023, a MBFS reconheceu prejuízos resultantes da componente de juros nas suas relações de cobertura que ascenderam a 4.515.634 Euros (Nota 3 - Juros e rendimentos e juros e encargos similares).

Os derivados de cobertura tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da MBFS a riscos inerentes à sua atividade. Para todas as relações de cobertura, a MBFS prepara no início da operação documentação formal que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura; e,
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro), a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira. As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas. As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Configuração inicial da aplicação de derivados

Por parte da Mercedes Benz Mobility existiram em 2020 determinados requisitos para as aquisições e carteira financiados em termos de taxa de juros e liquidez (prazo). Esta meta definiu 0% de exposição sendo que os desvios analisados e cobertos todos os meses.

Tendo por base que as aquisições/carteira da MBFS PT têm uma exposição significativa a contratos com taxas de juro flutuantes, este factor cria regularmente a necessidade de refinarar também através de empréstimos com taxa flutuante.

No início de 2020 as taxas de juro de mercado tornaram-se muito instáveis, e os bancos locais procuraram implementar uma nova cláusula contratual definindo um limite mínimo para a Euribor para os salvaguardar de taxas de juro negativas pois, caso contrário, deixavam de oferecer empréstimos flutuantes.

Face a este cenário a MBM não aceitou esta mesma cláusula uma vez que não correspondia às condições da aquisições/portfólio e como tal apenas foram obtidos empréstimos com taxas fixas dos bancos locais. Posteriormente foi definida uma nova configuração entre MBFS PT e MBG Tesouraria Central através do refinanciamento com taxas de juros fixas através de bancos locais e um contrato simultâneo com a Tesouraria Central da MBAG, apresentando um IRS que transforma um empréstimo fixo em um empréstimo flutuante

No que diz respeito aos requisitos de eficácia de cobertura incluídos no parágrafo 6.4.1 da IFRS 9, conclui-se que:

- o item coberto tem um contrato de taxa fixa com um banco local e o instrumento de cobertura um contrato de taxa fixa/flutuante do IRS com a MB AG;
- a relação entre o item e o instrumento é feita através dos mesmos termos e condições da taxa fixa (mesma taxa, mesma data de início-término, mesmo período de pagamento de 6 meses e datas de pagamento)
- não há risco adicional ou desequilíbrio, pois as condições (taxa de juros, prazo e prazos de pagamento) não mudam durante a vigência de ambos os contratos

24. Provisões

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Provisão para outros riscos e encargos	659.403	617.201
Provisões	659.403	617.201

A rubrica Provisão para outros riscos e encargos no montante de Euros 659.403 (2022: Euros 617.201) regista as provisões que foram constituídas tendo por base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade da sociedade e processos legais em curso.

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2023 Euros	2022 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	617.201	276.549
Dotações do exercício	208.081	423.106
Reversões do exercício	(165.879)	(60.290)
Utilizações do exercício	-	(22.165)
Saldo em 31 de Dezembro	659.403	617.201

25. Passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	3.222.139	-
Carga fiscal paga (do exercício)	(2.033.062)	-
Passivos por impostos correntes	1.189.077	-

26. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Fornecedores de bens para locação financeira	7.959.882	4.467.001
Fornecedores de bens para crédito ao consumo	1.420.589	892.752
Sector público administrativo	3.508.661	1.377.739
Custos a pagar com férias e subsídios de férias	927.393	925.443
Outros custos a pagar	2.433.514	2.678.458
Comissões a pagar a angariadores	1.992.481	1.664.391
Outras contas de regularização	1.532.060	2.173.046
Outros passivos	19.774.581	14.178.830

A rubrica Sector público administrativo é referente ao valor de IVA a pagar ao Estado.

A rubrica Outros custos a pagar inclui o montante de Euros 600.577 (2022: Euros 582.824) relativo a estimativa de bónus a pagar ao pessoal no exercício seguinte.

Nesta rubrica encontra-se ainda incluído o montante de Euros 1.564.496 (2022: Euros 1.480.289) relativo a diversos custos administrativos, nomeadamente custos com telemóveis, auditoria e revisão de contas, suporte informático e consultoria.

A rubrica Comissões a pagar a angariadores no montante de Euros 1.254.373 (2022: Euros 988.672), refere-se a comissões de intermediação a pagar aos angariadores de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo.

A rubrica Outras contas de regularização inclui também o montante de Euros 924.271 (2022: Euros 869.906) referente a adiantamentos de clientes.

27. Capital

O capital de Euros 18.001.000, representado por 18.001.000 ações de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

No decorrer do ano de 2021, ocorreu uma alteração a estrutura societária que passou a ser detida na totalidade pela sociedade Mercedes-Benz Mobility AG, uma empresa do Grupo Mercedes-Benz AG (com 100 %), entidade sediada na Alemanha.

28. Lucros retidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Outras reservas e resultados transitados	48.904.766	48.904.765
	48.904.766	48.904.765

Em função do resultado líquido da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, deverá ser afeto à dividendos o montante aproximado de Euros 7.507.514.

29. Outras reservas

	Dez 2023 Euros	Dez 2022 Euros
Reserva legal	7.300.045	6.766.124
	7.300.045	6.766.124

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Esta reserva não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver eventuais prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função do resultado líquido da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, deverá ser afeto à reserva legal o montante aproximado de Euros 834.168.

30. Passivos contingentes e compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 Euros	2022 Euros
Garantias e avals recebidos	71.498.169	67.499.689
Compromissos assumidos perante terceiros	44.804.167	44.428.638
Compromissos assumidos por terceiros	310.000.000	37.000.000
Outras contas extrapatrimoniais	121.212.961	117.219.164

As Garantias e avals recebidos são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo. Estas garantias correspondem às recebidas pela MBFS dos seus clientes.

A rubrica Compromissos assumidos perante terceiros no montante de Euros 44.804.167 (2022: Euros 44.428.638), refere-se aos plafonds de crédito concedido a clientes do negócio de crédito tomado. Estes compromissos são revogáveis.

No exercício de 2023, a MBFS contratou com a Mercedes-Benz AG um conjunto de swaps destinados a cobrir o risco das variações de justo valor associados à taxa de juro, cujos valores nominais em 31 de dezembro de 2023 ascendiam a Euros 75.000.000.

31. Balanços e taxas médias

Os valores contabilísticos médios dos ativos e passivos financeiros, bem como as taxas de juro médias efetivas, são apresentadas no seguinte quadro:

	31 Dezembro 2023		
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
Ativos geradores de juros			
Disponibilidades em O.I.C.	5.222.646	-	0,0%
Crédito a Clientes	644.851.610	37.412.303	5,8%
Total de ativos geradores de juros	650.074.256	37.412.303	5,8%
Ativos não geradores de juros	27.441.784		
Total do Ativo	677.516.040	37.412.303	5,5%
Passivos geradores de juros:			
Recursos em O.I.C.	410.170.084	(24.716.812)	-6,0%
Recursos de Clientes e O.E.	168.357.115	1.625.491	1,0%
Total de Passivos Geradores de juros	578.527.199	(23.091.320)	-4,0%
Passivos não geradores de juros	18.209.546		
Total do Passivo	596.736.745	(23.091.320)	-3,9%
Capital Próprio	80.779.295		
Total do Passivo e do Capital Próprio	677.516.040	(23.091.320)	-3,4%
Juros e rendimentos equiparados	37.412.303		
Juros e encargos equiparados	(23.091.320)		
Margem Financeira	14.320.983		

Taxa de Margem Financeira (1)

2,2%

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Ativos Geradores de Juros

	31 Dezembro 2022		
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
Ativos geradores de juros			
Disponibilidades em O.I.C.	2.160.954	-	0,0%
Crédito a Clientes	616.083.360	27.039.191	4,4%
Total de ativos geradores de juros	618.244.314	27.039.191	4,4%
Ativos não geradores de juros	37.759.660		
Total do Ativo	656.003.973	27.039.191	4,1%
Passivos geradores de juros:			
Recursos em O.I.C.	439.492.137	(11.188.553)	-2,5%
Recursos de Clientes e O.E.	123.500.000	714.676	0,6%
Total de Passivos Geradores de juros	562.992.137	(10.473.877)	-1,9%
Passivos não geradores de juros	12.178.132		
Total do Passivo	575.170.268	(10.473.877)	-1,8%
Capital Próprio	80.833.705		
Total do Passivo e do Capital Próprio	656.003.973	(10.473.877)	-1,6%
Juros e rendimentos equiparados	27.039.191		
Juros e encargos equiparados	(10.473.877)		
Margem Financeira	16.565.314		

Taxa de Margem Financeira (1) **2,7%**

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Ativos Geradores de Juros

32. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Art. 66ºA:

a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;

b) Proposta de aplicação de resultados (lucro do exercício de 8.341.682, deduzido do montante de 834.168 destinado à reserva legal, deduzindo também o montante de 7.507.514 para distribuição de dividendos);

c) Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas e outros Consultores:

	2023 Euros	2022 Euros
Revisão legal das contas anuais	15.300	14.040
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	25.030	22.960
	40.330	37.000

Informações requeridas pelo art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 e pelo Decreto-Lei n.º 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Nos termos da Intervenção n.º 28/2014, de 13 de dezembro de 2014, no que respeita à Divulgação da Informação relativa ao ónus sobre ativos, a Sociedade não possui a 31 de dezembro de 2023 ónus sobre os seus ativos.

33. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer os actuais níveis de risco do respectivo emitente.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

A 31 de dezembro de 2023, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	31 Dezembro 2023		
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
Ativos Financeiros:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.133.682	8.133.682	-
Ativos ao justo valor através dos resultados	50.525	50.525	-
Créditos a clientes	674.408.648	674.408.648	-
Passivos Financeiros:			
Recursos de outras instituições de crédito	386.248.442	386.248.442	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	202.091.280	202.091.280	-

Para o cálculo do justo valor foi tido em consideração o valor referente ao Gross Exposure calculado no modelo de imparidade a janeiro de 2024. Devido à aplicação do método *one month gap* o Grupo Daimler teve em consideração a exposição total que corresponde ao valor dos cash flows descontados a 31 de dezembro de 2023 (base para o cálculo da imparidade a 31 de janeiro de 2024).

A 31 de dezembro de 2022, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	31 Dezembro 2022		
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
Ativos Financeiros:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.311.610	2.311.610	-
Ativos disponíveis para Venda	52.189	52.189	-
Créditos a clientes	615.294.573	615.294.573	-
Passivos Financeiros:			
Recursos de outras instituições de crédito	433.581.190	433.581.190	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	135.133.486	135.133.486	-

A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, spreads, etc) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

A Sociedade considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Se existe um mercado Over-the-counter (OTC) e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os activos financeiros detidos pela Sociedade, estão a ser valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3).

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respetivo justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Para efeitos desta divulgação, assumiu-se que os contratos de crédito a taxa de juro variável apresentam atualizações regulares da taxa de juro e não estão a ser efetuadas alterações relevantes aos spreads associados, razão pela qual se assume que o valor contabilístico representa substancialmente o justo valor destes ativos.

Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para instrumentos financeiros com características similares à data do balanço.

Considerando que, na grande maioria dos instrumentos financeiros são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

34. Partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2023, o valor das transações da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	31 Dezembro 2023			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Ativo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	1.636.333	130.132	647.819	11.027.308
Mercedes-Benz Comercial Lda	751	572.352	315.830	114.766
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	-	(410.361)	229.340	512.637
Mercedes-Benz Mobility AG	-	197.845.870	6.574.199	917.492
Mercedes-Benz Group AG	-	5.177.324	(160.258)	-
Mercedes-Benz Bank AG	-	-	-	-
Mercedes-Benz Renting España	-	-	-	-
Daimler International Assignment Services (DIAS)	-	-	-	-
Mercedes-Benz Bank Service Center	-	-	-	-
Mercedes-Benz Leasing GmbH	-	-	2.347	-
MBFS España	280.240	280.240	176.923	97.250
Mercedes-Benz España	-	28.947	-	-
Mercedes-Benz Italia	-	-	-	-
Mercedes-Benz Financial Services Nederland B.V.	-	-	-	-
Mercedes-Benz AG	-	-	-	-
Mercedes-Benz Group España, Sa	7.365	-	-	-
Mercedes-Benz Mobility (Thailand) Co., Ltd.	48.288	-	-	-
MB Insurance Services GmbH	-	-	-	(53.589)
	1.972.978	203.624.505	7.786.201	12.615.864

À data de 31 de dezembro de 2022, o valor das transações da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	31 Dezembro 2022			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Ativo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	1.137.635	26.347	693.417	9.466.949
Mercedes-Benz Comercial Lda	1.753	811.364	314.636	122.930
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	-	(551.836)	227.676	781.522
Mercedes-Benz Mobility AG	-	135.388.859	252.833	322.615
Mercedes-Benz Group AG	9.277	509.651	(366.539)	-
Daimler Asia	-	-	-	-
Daimler GMBh	-	-	-	-
Mercedes-Benz Bank AG	-	-	-	-
Mercedes-Benz Renting España	-	-	-	-
Daimler International Assignment Services (DIAS)	-	-	-	-
Mercedes-Benz Bank Service Center	-	-	-	-
Mercedes-Benz Leasing GmbH	-	2.347	1.021	-
MBFS España	-	-	-	-
Mercedes-Benz España	-	56.096	-	-
Mercedes-Benz Italia	-	-	-	-
Mercedes-Benz Financial Services Nederland B.V.	-	-	60.945	-
Mercedes-Benz AG	-	-	-	-
	1.148.664	136.242.827	1.183.989	10.694.016

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

35. Gestão de riscos da atividade

A gestão de riscos da atividade é efetuada com base nos riscos gerais inerentes a qualquer instituição, nomeadamente o risco de crédito, risco de concentração, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de taxa de câmbio, risco operacional, risco de compliance, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e risco de reputação.

Apesar da reduzida dimensão da sociedade, para fazer face ao disposto no aviso 5/2009, foi criada uma função de Gestão de Risco e *Quality* com o objetivo de auxiliar a estratégia da empresa, respeitando princípios e políticas de gestão inerentes à atividade e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma das atividades da empresa. Ainda assim alguns desses riscos são aferidos no dia a dia, pelos responsáveis das várias áreas da sociedade e posteriormente centralizadas para o responsável da área de gestão de Risco e *Quality*.

Ao contrário de outras instituições financeiras de maior dimensão, que dispersam as suas atividades por várias áreas de negócio dentro do sector financeiro, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. focaliza a sua atividade no financiamento automóvel, o que reduz substancialmente a complexidade dos seus métodos. Por outro

lado, a sociedade pratica uma cultura de transparência da comunicação interna, que flui de forma favorável, atendendo ao já referido número de elementos que a compõem.

Toda a atividade é gerida tendo em consideração as diretrizes e regras prudenciais impostas pela entidade reguladora do Sector Bancário (Banco de Portugal), bem como procedimentos e recomendações do Grupo Daimler.

Para sustentar as suas deliberações, a Administração recorre, sempre que necessário, ao apoio especializado dos Advogados da empresa, do aconselhamento técnico de Consultores, bem como dos pareceres da ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, da qual é membro. Paralelamente, recorre através de Auditoria não regulares, a entidades externas no intuito de aferir, com a adequada independência, os riscos em que a Sociedade poderá estar a incorrer, nomeadamente o não cumprimento de procedimentos internos, implementados com a finalidade central de mitigar esses mesmos riscos.

De entre essas entidades salientam-se:

- Departamentos especializados do grupo Daimler, nomeadamente nas áreas de concessão de crédito, contabilidade e *controlling*, informática; e
- Auditores internos do grupo Daimler, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.

Para além das entidades acima referenciadas, a Administração recorre sempre que necessário às funções internas existentes, de Compliance e Legal e de Auditoria Interna.

35.1 Risco de Crédito

A estratégia da empresa é definida pela administração em consonância com a atividade do grupo Daimler em Portugal. Esta estratégia é revista anualmente, durante a elaboração do plano (para dois anos) da Sociedade, e enquadra-se nos objetivos corporativos da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. e nos projetos prioritários da respetiva região Europa, incorporando ainda as vendas previstas da Mercedes-Benz em Portugal, a segmentação do risco de crédito e as análises de rentabilidade ponderadas por esse mesmo risco. A monitorização e acompanhamento dos resultados são realizados num base mensal, onde se procede a ajustamentos e identificação de medidas de correção que evitem o afastamento aos objetivos gerais inclusos na estratégia da empresa para o ano em curso caso aplicável.

A criação de novos produtos, ou de novas campanhas baseadas em produtos já existentes, são acompanhados por uma ficha de produto aprovada pelos responsáveis de área comercial.

O Departamento de Cobrança dispõe de um sistema de gestão da cobrança ("CollectionsNet"), que possibilita um acompanhamento e controlo permanente da carteira nas suas diferentes fases (cobrança telefónica interna, cobrança externa, pré-contencioso, contencioso, recuperação do equipamento, etc). Permitirá também, no futuro, analisar a performance dos sistemas de rating e scoring desenvolvidos pela Sociedade, que servem como uma referência no processo de tomada de decisão de crédito. Para além deste sistema informático, são produzidas várias análises referentes às atividades de cobrança e níveis de provisões económicas.

A empresa dispõe de sistemas que lhe permitem fornecer uma informação adequada sobre a composição da carteira de crédito, permitem inclusive obter uma informação contrato a contrato, que posteriormente é trabalhada por produto e segmento.

Modelo de Imparidade

Em Julho de 2014, a IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 entrou em vigor para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, com permissão para adoção antecipada, e veio substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

I. Classificação – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para ativos financeiros que reflete o modelo de negócio utilizado na gestão do ativo bem como as características dos seus cash flows.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor com alterações no rendimento integral (FVOCI) e mensurados ao justo valor com alterações em resultados (FVTPL). Como consequência as categorias existentes na IAS 39 “Held to Maturity”, “Loans and Receivables” e “Available for Sale”, são eliminadas.

O Grupo Daimler aplica a nova IFRS 9 para períodos iniciados e após 1 de janeiro de 2018.

II. Imparidade – Ativos Financeiros, Empréstimos e Contractos de Garantias Financeiras

A aplicação inicial da norma leva a várias alterações significativas.

O IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” da IAS 39 por um modelo de “perda esperada”.

A IFRS 9 requer que as perdas sejam reconhecidas num montante de “ECLs” de 12 meses ou “ECLs” para a totalidade da duração do contracto. ECLs para a totalidade do contracto, são os “ECLs” que resultam de todos os possíveis incumprimentos (defaults) durante a vida esperada de um instrumento financeiro, enquanto “ECLs” de 12 meses são a porção de “ECLs” que resultam dos eventos de incumprimento que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de reporte.

A IFRS 9 introduz um modelo de classificação abrangente para ativos financeiros que classifica os ativos financeiros em três categorias: ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral e ativos financeiros ao justo valor através do resultado.

Os ativos financeiros que geram fluxos de caixa consistindo apenas de pagamentos de principal e juros são classificados de acordo com o modelo de negócios do Grupo Daimler para a manutenção desses instrumentos. Ativos financeiros que são mantidos num modelo de negócios com o objetivo de mantê-los até o vencimento e receber os fluxos de caixa contratuais são mensurados pelo custo amortizado. Esses modelos de negócios são geridos principalmente com base na estrutura de taxas de juros e no risco de crédito. Se o modelo de negócios compreender a intenção de manter os ativos financeiros para abarcar os fluxos de caixa contratuais, mas espera-se vendê-los, por exemplo, para atender a uma necessidade específica de liquidez, esses instrumentos são mensurados ao justo valor através de rendimento integral. Ativos financeiros que possuem apenas fluxos de caixa de principal e juros, mas não são mantidos dentro de um dos modelos de negócios descritos acima, são mensurados ao justo valor através dos resultados.

Ativos financeiros que contêm fluxos de caixa que não sejam de capital e juros, tais como juros em fundos do mercado monetário ou derivados incluindo derivados embutidos separados, são mensurados ao justo valor

através dos resultados. Para instrumentos de patrimônio, a IFRS 9 permite, opcionalmente, mensuração a justo valor através do outro rendimento integral. O Grupo Daimler opta por mensurar os instrumentos patrimoniais pelo justo valor através de outros rendimentos integrais em base instrumento por instrumento. Quando esses instrumentos patrimoniais são vendidos ou alvo de Write off, quaisquer ganhos ou perdas não realizados sobre esses instrumentos são reclassificados para lucros transitados e não apresentados no resultado.

As contas a receber de clientes e contas a receber de serviços financeiros são ativos financeiros que geram fluxos de caixa consistindo apenas de pagamentos de principal e juros são classificados de acordo com o modelo de negócios do Grupo Daimler para a manutenção desses instrumentos, pelo que se encontram mensurados pelo custo amortizado.

Modelo “perda esperada” (Expected credit loss impairment model)

O IFRS 9 introduz a abordagem de redução ao valor recuperável de perdas de crédito esperada a ser aplicada em todos os ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao custo amortizado ou pelo justo valor através do outro rendimento integral.

A nova abordagem da IFRS 9 leva em consideração as projeções sobre as perdas futuras associadas aos ativos financeiros (perdas de crédito esperadas). A abordagem de perda de crédito esperada usa três etapas para alocar perdas por redução ao valor recuperável:

- Stage 1 - Desde o reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha um aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, uma provisão para perda é reconhecida igual às perdas de crédito esperadas resultantes de incumprimentos ocorridos ao longo dos próximos 12 meses.
- Stage 2 - Após um aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, uma provisão para perda é reconhecida igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo.
- Stage 3 - Se um ativo financeiro é definido como estando em imparidade ou em default, ele é transferido para o stage 3 e avaliado na perda de crédito esperada para a vida inteira. A evidência objetiva para um ativo financeiro em imparidade inclui 91 dias de data de vencimento e outras informações sobre dificuldades financeiras significativas do tomador de empréstimo. A determinação se um ativo financeiro experimentou um aumento significativo no risco de crédito é baseada numa avaliação da probabilidade de default, que é feita pelo menos trimestralmente, incorporando informações externas de rating de crédito, bem como informações internas sobre a qualidade de crédito das demonstrações financeiras de ativos.

Para os instrumentos de dívida que não são recebíveis de serviços financeiros, um aumento significativo no risco de crédito é avaliado principalmente com base em informações vencidas.

Um ativo financeiro é migrado para o stage 2 se o risco de crédito do ativo tiver aumentado significativamente em comparação ao seu risco de crédito no reconhecimento inicial. O risco de crédito é avaliado com base na probabilidade de não cumprimento. Para as contas a receber, é aplicada a abordagem simplificada, segundo a qual as perdas de crédito esperadas para todos os recebimentos comerciais são inicialmente mensurados ao longo da vida do instrumento.

O Grupo Daimler aplica a exceção de baixo risco de crédito à alocação de stage para instrumentos de dívida cotados com ratings de grau de investimento. Esses instrumentos de dívida são sempre alocados para o stage 1.

Nos stages 1 e 2, a receita de juros efetiva é calculada com base nas quantias escrituradas brutas. Se um ativo financeiro se tornar prejudicado no stage 3, a receita efetiva de juros é calculada com base na sua quantia escriturada líquida (quantia escriturada bruta ajustada por qualquer provisão para perda).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são medidas de forma a refletir:

- a) o valor imparcial baseado em medida de probabilidade;
- b) o valor temporal do dinheiro; e
- c) informação razoável e suportável (se disponível sem custo ou esforço indevidos) na data de relato sobre eventos passados, condições atuais e previsões das condições económicas futuras.

As perdas de crédito esperadas são medidas como o valor presente, com base na probabilidade, de todas as insuficiências de caixa ao longo da vida esperada de cada ativo financeiro. Para contas a receber de serviços financeiros, as perdas de crédito esperadas são calculadas principalmente com um modelo estatístico usando três parâmetros de risco principais: probabilidade de incumprimento (PD), perda dado o incumprimento (LGD) e exposição ao incumprimento (EAD).

A estimativa desses parâmetros de risco incorpora todas as informações relevantes disponíveis, não apenas dados históricos e de perda atual, mas também informações prospectivas razoáveis e suportáveis refletidas pelos fatores de expectativa futuros. Essas informações incluem fatores macroeconômicos (por exemplo, crescimento do produto interno bruto, taxa de desemprego, índice de desempenho de custos) e previsões de condições económicas futuras. Para os recebimentos de serviços financeiros, essas previsões são realizadas por meio de uma análise de cenários (cenário base, cenários adverso e otimista).

Um instrumento financeiro é alocado a perdas (Write-off) quando não há expectativa razoável de recuperação, por exemplo, no final do processo de insolvência ou após uma decisão judicial de incobrabilidade. Modificações significativas (por exemplo, que levam a uma mudança no valor presente dos fluxos de caixa contratuais de 10%) levam ao desreconhecimento de ativos financeiros. Isto é estimado como sendo raro e imaterial para recebimentos de serviços financeiros. Se os termos de um contrato forem renegociados ou modificados e isso não resultar no desreconhecimento do contrato, então a quantia escriturada bruta do contrato deve ser recalculada e um ganho ou uma perda de modificação deve ser reconhecido no resultado.

Instrumentos financeiros derivados e contabilização

Os derivados embutidos são separados do contrato principal e reconhecidos separadamente. No entanto, os derivados embutidos não são separados do contrato principal, se o contrato principal for um ativo financeiro, se o Grupo Daimler escolher mensurar um contrato híbrido pelo justo valor através dos resultados ou se uma análise demonstrar que as características económicas e os riscos dos derivados embutidos estão intimamente relacionados com os do contrato principal. Se as exigências para a contabilização de cobertura estabelecidas na IFRS 9 forem cumpridas, o Grupo Daimler designa e documenta a relação de *hedge* a partir da data em que um derivado é designado como um *hedge* de justo valor, um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de um investimento líquido numa operação estrangeira. A documentação da relação de cobertura inclui os objetivos e estratégia da gestão de risco, o tipo de relação de cobertura, a natureza do risco a ser coberto, a identificação da cobertura elegível do instrumento e o item coberto elegível, bem como uma avaliação dos requisitos de eficácia que compõem a relação económica mitigadora do risco, a ausência de efeitos deteriorantes do risco de crédito e o rácio de cobertura adequado.

De acordo com a IFRS 9, para a cobertura de fluxo de caixa de preços voláteis em transações de aquisição previstas altamente prováveis, a designação pode ser feita para componentes de risco separáveis desses itens não financeiros protegidos por *hedge*. O Grupo Daimler pode aplicar essa possibilidade para facilitar a contabilidade de cobertura futura e, assim, reduzir a ineficácia das relações de *hedge* para commodities.

De acordo com a IFRS 9, os montantes reconhecidos no outro rendimento integral como ganhos ou perdas de instrumentos de cobertura são removidos das reservas de instrumentos financeiros derivados e diretamente incluídos no custo inicial ou valor contábilístico do item coberto no reconhecimento inicial se uma transação prevista protegida por cobertura resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro. Para outros *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos ou perdas acumuladas de instrumentos de cobertura são reclassificados das reservas de instrumentos financeiros derivados para a Demonstração de Resultados quando o item protegido afeta o resultado. As partes ineficazes das variações no justo valor são reconhecidas diretamente no resultado.

Para instrumentos derivados designados numa relação de cobertura, certos componentes podem ser excluídos da designação e as mudanças no justo valor desses componentes são então diferidas no outro rendimento integral de acordo com a IFRS 9. Isto aplica-se por exemplo, ao justo valor das opções ou ao spread base das diferenças cambiais.

As exposições de crédito por segmento e a imparidade apurada são apresentadas como se segue:

Segmento	Exposição 31.12.2023				Imparidade 31.12.2023			
	Exposição Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Imparidade Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Corporate Dealer	162.275.415	162.275.415	0	0	154.475	154.475	-	-
Corporate Fleet	73.773.737	69.279.233	2.857.180	1.637.323	812.322	87.251	6.952	718.119
Retail Small Business	263.714.880	250.199.048	9.480.886	4.034.947	3.545.687	639.097	314.180	2.592.411
Private	182.589.139	166.185.763	14.465.652	1.937.723	1.045.841	140.553	115.887	789.402
Total	682.353.171	647.939.459	26.803.718	7.609.993	5.558.325	1.021.375	437.019	4.099.932

O valor total de exposição referenciado na última tabela difere do registado na contabilidade o que se justifica pela aplicação do modelo de imparidade do Grupo, uma vez que este se baseia na posição do portfolio do mês anterior (One Month Gap) e a exposição não inclui o valor de comissões associadas a operações de crédito. Adicionalmente, a imparidade inclui a imparidade de ativos não correntes detidos para venda.

Segmento	Exposição 31.12.2022				Imparidade 31.12.2022			
	Exposição Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Imparidade Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Corporate Dealer	80.970.613	80.970.613	-	-	167.096	167.096	-	-
Corporate Fleet	56.712.576	53.539.196	1.680.783	1.492.598	1.175.048	320.193	136.020	718.835
Retail Small Business	251.050.137	238.836.861	8.090.291	4.122.985	3.685.532	574.105	272.255	2.839.172
Private	230.865.993	208.377.476	20.003.090	2.485.427	2.635.043	416.521	371.470	1.847.051
Total	619.599.320	581.724.145	29.774.164	8.101.010	7.662.719	1.477.915	779.745	5.405.058

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de dezembro de 2023 é apresentado como se segue:

Ano de produção		Corporate Dealer		Corporate Fleet		Retail Small Business		Private		Total	
		Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída
<=2012	2012 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	2013	-	-	-	-	31.725	31.660	-	-	31.725	31.660
2014	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2015	2015	-	-	-	-	10.671	343	845	37	11.516	380
2016	2016	-	-	-	-	267.634	42.807	96.361	11.737	363.995	54.544
2017	2017	-	-	26.508	57	2.192.313	337.184	1.166.468	16.284	3.385.289	353.525
2018	2018	-	-	874.813	5.601	4.811.017	616.576	5.131.084	113.390	10.816.914	735.567
2019	2019	-	-	2.522.159	310.683	11.244.229	642.606	17.583.654	300.553	31.350.043	1.253.842
2020	2020	-	-	1.502.064	85.982	27.609.241	403.151	32.610.458	371.339	61.721.764	860.473
2021	2021	-	-	4.178.022	125.326	46.806.276	702.701	42.163.648	160.671	93.147.946	988.698
2022	2022	-	-	18.544.319	20.333	82.325.486	482.611	42.990.999	39.930	143.860.804	542.874
2023	2023	162.275.415	154.475	46.125.851	264.340	88.416.287	286.049	40.845.623	31.899	337.663.175	736.763
Total		162.275.415	154.475	73.773.737	812.322	263.714.880	3.545.687	182.589.139	1.045.841	682.353.171	5.558.325

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de dezembro de 2022 é apresentado como se segue:

Ano de produção		Corporate Dealer		Corporate Fleet		Retail Small Business		Private		Total	
		Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída
2012 e anteriores	0	0	0	0	0	20.676	20.394	498	50	21.174	20.444
2013	0	0	0	0	0	31.790	31.726	0	0	31.790	31.726
2014	0	0	0	0	0	2.156	10	0	0	2.156	10
2015	0	0	0	0	0	55.675	5.821	26.821	22.073	82.496	27.894
2016	0	0	0	0	0	708.053	79.684	519.430	45.381	1.227.483	125.065
2017	0	0	157.450	2.548	3.914.543	412.266	2.522.995	88.462	6.594.988	503.275	
2018	0	0	1.356.428	13.005	9.265.580	746.030	11.027.938	406.280	21.649.946	1.165.315	
2019	0	0	4.758.449	534.066	30.035.889	778.407	49.371.059	822.580	84.165.397	2.135.052	
2020	0	0	3.663.912	78.076	45.454.165	508.447	53.453.821	725.701	102.571.897	1.312.225	
2021	0	0	13.712.319	383.807	67.463.255	790.387	60.226.220	445.395	141.401.794	1.619.590	
2022	80.970.613	167.096	33.064.019	163.546	94.098.355	312.360	53.717.211	79.122	261.850.198	722.124	
Total		80.970.613	167.096	56.712.576	1.175.048	251.050.137	3.685.532	230.865.993	2.635.043	619.599.320	7.662.719

O detalhe dos movimentos de entrada e saída na carteira de crédito reestruturado é apresentado como se segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial da carteira reestruturados (bruto de imparidade)	39.825.410	35.440.464
Créditos reestruturados no período	22.413.378	22.213.162
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(14.706.389)	(17.828.217)
Outros	-	-
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	47.532.399	39.825.410

Principais parâmetros de risco utilizados no modelo de imparidade

O detalhe dos parâmetros de risco utilizados no modelo de imparidade é apresentado como se segue:

	31.12.2023			31.12.2022		
	FE	ECAF	FE x ECAF	FE	ECAF	FE x ECAF
Stage 1	1,03	0,99	1,01	2,18	1,10	2,39
Stage 2	1,03	0,99	1,01	2,15	1,10	2,35
Stage 3	1,03	1,00	1,03	1,72	1,00	1,72

Nota: FE (Future expectation); ECAF (Economic cycle adjustment factor) – média ciclo económico / média NCL's

O modelo de imparidade do Grupo Daimler não difere entre a imparidade avaliada individualmente e colectivamente, mas sim por uma metodologia de override apenas para os clientes Corporate que se encontram em *Watch List & Problem Credit*. Com referência a 31 de dezembro de 2023 não existiram clientes alvo de override.

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022 são aplicáveis os seguintes colaterais à carteira de crédito:

- Garantias bancárias negócio Wholesale – relativamente às linhas de crédito concedidas aos concessionários a Sociedade detém garantias bancárias de forma a reduzir o risco inerente ao mesmo crédito no montante de Euros 61.900.855 (2022: Euros 49.081.717).

- Reserva de propriedade / hipoteca contratos de crédito – em todos os contratos de crédito realizados com clientes, a Sociedade mantém o direito de reserva de propriedade sobre o bem caso não seja cumprida a obrigação de pagamento da dívida por parte do cliente.

Ambos os temas se encontram incluídos nas rubricas extrapatrimoniais na nota 30.

Informação Prospectiva (Forward-looking information)

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada stage e a avaliação de aumentos significativos no risco de crédito devem considerar informações sobre eventos passados e condições atuais, bem como previsões razoáveis e suportáveis de eventos futuros e condições económicas. A estimativa e a aplicação de informações prospectivas exigirão julgamento significativo.

As informações relativas às PD, LGD e EAD utilizadas para estimar as provisões para perda de créditos no stage 1 e no stage 2 são a base das variáveis macroeconómicas (ou mudanças nas variáveis macroeconómicas) que estão mais correlacionadas com as perdas de crédito no portfólio relevante. Cada cenário macroeconómico usado no cálculo da perda de crédito esperado terá previsões das variáveis macroeconómicas relevantes – incluindo, mas não limitado a, taxa de desemprego, produto interno bruto, rendimentos de títulos, spreads de crédito, índices de ações, volatilidade do mercado de ações, preços dos imóveis “real estate” residenciais e comerciais e preços das commodities – por um período de cinco anos, subsequentemente retornando às médias de longo prazo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas nos stages 1 e 2 será uma estimativa ponderada de probabilidade descontada que considera um mínimo de três cenários macroeconómicos futuros. O cenário base basear-se-á em previsões macroeconómicas publicadas pelo grupo de economia interna. Cenários de vantagem e

desvantagem serão definidos em relação ao nosso cenário de base baseado em condições macroeconómicas alternativas razoavelmente possíveis. O design do cenário, incluindo a identificação de cenários de desvantagens adicionais, ocorrerá pelo menos numa base anual e com mais frequência se as condições o justificarem.

Os cenários serão medidores de probabilidade de acordo com a nossa melhor estimativa de acontecimento com base na frequência histórica e nas tendências e condições atuais. Os pesos de probabilidade serão atualizados trimestralmente. Todos os cenários considerados serão aplicados a todas as carteiras sujeitas a perdas de crédito esperadas com as mesmas probabilidades.

As taxas de perdas utilizadas nas provisões para o stage 3, avaliadas coletivamente, serão ajustadas com base nos cenários macroeconómicos voltados para o futuro utilizados nas estimativas do stage 1 e do stage 2. As dívidas avaliadas individualmente serão estabelecidas com base numa série de possíveis resultados, que podem incluir cenários macroeconómicos ou não macroeconómicos, conforme apropriado.

A avaliação de aumentos significativos no risco de crédito será baseada em mudanças nos ponderadores de probabilidade de informação prospectiva da PD, usando os mesmos cenários macroeconómicos que o cálculo das perdas de crédito esperadas.

Política de colaterais

As garantias bancárias, onde a MBFS é beneficiária, são prestadas por Instituições registadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. Deste modo encontra-se mitigado o risco associado a falta de liquidez ou incumprimento dessa obrigação.

Política de Write-off

A remoção de um ativo de balanço (write-off) só pode acontecer quando é legalmente ou economicamente impossível de receber, neste caso a MBF só procede a write-off quando tem no seu poder as Declarações do Tribunal assegurando a incapacidade do cliente.

35.2 Risco de Concentração

São aplicados os limites de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho 26 de Junho de 2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, para todos os clientes considerados como grande risco de acordo com o artigo 392º - Definição de grande risco.

Todavia se conjugarmos o crédito concedido a um concessionário com os créditos a clientes finais angariados pelo mesmo (canal fornecedor), importa medir o impacto global da perda de negócio originado por esse concessionário.

Considerando os moldes de funcionamento do negócio de crédito de stock, consideramos remota a impossibilidade de garantia por parte dos bancos, assim optamos por não considerar este risco na análise efetuada.

35.3 Risco de taxa de juro e de liquidez

O grupo Daimler possui um departamento especializado na avaliação dos riscos de taxa de juro e de liquidez; composto por elementos especializados, que analisam de forma exaustiva todas as vicissitudes dos mercados onde o grupo opera, esse departamento (“Asset/Liability Management” ou “ALM”) recomenda a estratégia para todas as empresas do grupo, tendo em atenção a realidade mundial e a especificidade dos mercados locais. O ALM colabora ainda na conceção do plano anual, definindo limites aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

Mensalmente, a organização remete ao ALM informação detalhada da sua carteira de crédito e do financiamento existente. Em contrapartida, recebe um relatório onde consta, entre outras, informações sobre a liquidez da carteira de crédito, assim como análises ao impacto na margem financeira bruta, caso ocorram variações base nas taxas de juro de mercado. A empresa segue as recomendações recebidas em termos de cobertura de riscos de taxa de juro e liquidez, sempre em concordância com as condições actuais do mercado português.

O ALM efetua ainda simulações a cenários (“stress testing”) de todos os tipos de alterações bruscas de mercado que possam envolver risco de taxa de juro e risco de liquidez para as empresas, que constam de relatórios distribuídos regularmente nos diferentes comités especializados do grupo e para discussão com os responsáveis financeiros das empresas, caso a alteração justifique uma ação por parte das empresas.

Importa referir que todos os relatórios elaborados pelo ALM podem a qualquer hora ser solicitados pelos mercados. Caso estes últimos desejem outro tipo de relatórios ou análises específicas poderão também requisitá-las ao mesmo departamento.

É também importante referir o facto da carteira da empresa ser na generalidade indexada à taxa de juro Euribor e que os limites ou linhas de crédito negociados com outras entidades de crédito se encontram muito acima dos valores utilizados em cada momento, logo o impacto de uma variação da respetiva taxa na nossa carteira será reduzido.

À data de balanço, a Empresa detinha Euros 8.133.682 em disponibilidades em outras instituições de crédito (2022: Euros 2.311.610).

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros que são liquidados pelo seu valor líquido agrupado por maturidades residuais relevantes. Os ativos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

		31 de Dezembro 2023					
		Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Ativos Financeiros:							
Disponibilidades em outras instituições de crédito		8.133.682		8.133.682	-	-	-
Créditos a clientes		674.408.648		172.774.714	74.914.283	412.112.569	14.607.082
Passivos Financeiros:							
Recursos de outras instituições de crédito		386.248.442		56.248.442	150.000.000	180.000.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		202.091.280		105.091.280	20.000.000	77.000.000	-

		31 de Dezembro 2022					
		Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Ativos Financeiros:							
Disponibilidades em outras instituições de crédito		2.311.610		2.311.610	-	-	-
Créditos a clientes		615.294.573		100.482.865	57.051.093	445.924.302	11.836.312
Passivos Financeiros:							
Recursos de outras instituições de crédito		433.581.190		45.581.190	153.000.000	235.000.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		135.133.486		65.133.486	30.000.000	40.000.000	-

35.4 Risco de taxa de câmbio

A sociedade utiliza meios / canais de financiamento próprio onde não é necessária a aplicação de taxas de câmbio, efetuando a totalidade das suas transações em euros, pelo que não se encontra exposta ao risco de liquidação de operações cambiais.

35.5 Risco Operacional

A estratégia de gestão de riscos operacionais da sociedade encontra-se descrita no Manual de Gestão de Riscos, onde se encontram descritos os procedimentos e a metodologia aplicada ao sistema de Gestão de Riscos.

Salientamos ainda que os manuais internos de concessão de crédito, produtos financeiros oferecidos, compliance, contêm todos os procedimentos operativos e riscos a considerar nas referidas áreas.

Para certificação de todos estes procedimentos internos, cada departamento dispõe de controlos, associadas as respetivas operações, permitindo a sua validação no que concerne ao seu cumprimento. Para situações onde se detetem inconsistências, os responsáveis de área formalizam a deteção reportando a situação, formalmente, ao responsável da área de Gestão de Risco e *Quality*, para que se proceda à sua análise e posterior correção, caso venha a ser necessário.

Capital Regulamentar

O Capital regulamentar da Sociedade é calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, que define níveis mínimos para os rácios prudenciais, calculados como quociente entre os fundos próprios e os ativos de risco.

A decomposição dos Fundos próprios, Ativos de risco e Rácios de Solvabilidade da Sociedade em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, apresentam-se como se segue:

CRD/CRR do regulamento (EU) n.º 575/2013	2023 Dez Euros	2022 Dez Euros
A - Fundos Próprios		
Capital realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias	18.001.000	18.001.000
Resultados, Reservas Legais, Estatutárias e Resultados não distribuídos	56.204.810	55.670.889
A1 - Fundos Próprios de Base excluindo ações preferenciais (Core TIER I)	74.205.810	73.671.889
Provisões elegíveis para inclusão em TIER II	-	-
A2 - Capital Core Tier II		
B - Activos de Riscos Equivalentes		
Requisitos de Fundos Próprios de Nível 1	34.466.510	37.423.454
Total de Activos de Risco Equivalentes	34.466.510	37.423.454
Posição Ponderada	662.321.672	604.140.587
C - Rácios Prudenciais		
Rácio Core TIER I	11,20%	12,19%
Total Rácio Capital	11,20%	12,19%

36. Prestação de serviço de mediação de resseguros ou de resseguros

Nos termos do artigo 4.º da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 15/2009-R, de 12 de janeiro de 2010, no que respeita aos requisitos de divulgação aplicáveis à Sociedade na sua qualidade de mediadora de seguros, cumpre prestar a informação seguidamente apresentada.

O total das remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados pela Sociedade ascendeu a Euros 2.538.248. As remunerações em questão têm a seguinte desagregação:

- Remunerações ramo “Vida”: Euros 467.233
- Remunerações ramo “Não Vida”: a Euros 2.071.015

Adicionalmente, relativamente, às remunerações indicadas, existe duas seguradoras, a Liberty Seguros e AXA.

No que respeita às contas a receber e a pagar, as mesmas são provenientes de empresas de seguros, e ascendem aos seguintes valores, desagregados por prémios e remunerações:

Contas a receber:

- Prémios a receber: Euros 1.538.674

Contas a pagar:

- Prémios a pagar: Euros 31.998

Importa ainda referir as contas a receber não se encontram vencidas à data de relato e não têm qualquer imparidade associada.

37. Factos relevantes ocorridos no exercício de 2023 e eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

Tendo como referência o cenário macroeconómico na Europa, que conduziu ao aumento das taxas de inflação e consequentemente ao incremento, em 2023 e ainda em 2024, das taxas de referência de financiamento bancário como a principal forma de conter a escalada da inflação, os custos de financiamento apresentaram um aumento significativo.

De uma forma geral este fator levou a uma maior dificuldade na celebração de novos créditos e aumentou a probabilidade de entrada em default em alguns dos nossos clientes. No entanto esta situação é avaliada pela Administração como tendo impactos pouco significativos no negócio em curso da MBFS Portugal pois não se apresenta exposta a riscos de crédito significativos, tendo este apresentado até uma redução nos níveis de delinquência comparativamente ao mercado, em 2023.

É também importante referir o facto da carteira da empresa ser na generalidade indexada à taxa de juro Euribor e que os limites ou linhas de crédito negociados com outras entidades de crédito se encontram muito acima dos valores utilizados em cada momento, logo o impacto de uma variação da respetiva taxa na nossa carteira será reduzido.

38. Normas contabilísticas recentemente emitidas que irão entrar em vigor em períodos futuros

1. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2023

IFRS 17: Contratos de Seguros (Regulamento 2021/2036, da Comissão, de 19 de novembro de 2021)

A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

Alterações à IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: Reforma fiscal internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar (Regulamento 2023/2468, da Comissão, de 8 de novembro de 2023)

As emendas à IAS 12 dão às entidades um alívio temporário na contabilização de impostos diferidos que decorram da nova reforma tributária internacional da OCDE, introduzindo:

- uma isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de jurisdições que implementem as regras tributárias globais. Isso ajudará a garantir a consistência nas demonstrações financeiras enquanto facilita a implementação dessas mesmas regras; e
- requisitos de divulgação específicos que auxiliem os investidores a entender melhor a exposição da entidade aos impostos sobre o rendimento que decorrerão dessa reforma, principalmente antes da entrada em vigor da legislação que implementará essas regras.

As entidades poderão beneficiar dessa isenção temporária imediatamente, mas são obrigadas a disponibilizar divulgações aos investidores para os períodos de relato anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023.

Alterações à IAS 1 e à IAS 8 (Regulamento 2022/357 da Comissão, de 2 de março de 2022)

As alterações à IAS 1 exigem que as entidades divulguem as informações materiais acerca das suas políticas contabilísticas em vez de divulgarem as políticas contabilísticas significativas.

As alterações à IAS 8 clarificam a forma sobre como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas. Esta distinção é importante porque as alterações nas estimativas contabilísticas são aplicadas prospetivamente apenas sobre transações e outros eventos futuros, mas as alterações nas políticas contabilísticas são, de uma forma geral, aplicadas retrospectivamente às transações e a outros eventos passados.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Alterações à IAS 12: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Regulamento 2022/1392 da Comissão, de 11 de agosto de 2022)

A IAS 12 atribui uma isenção às entidades de reconhecerem impostos diferidos quando estes resultam do reconhecimento inicial de ativos e passivos. Contudo, existia alguma incerteza sobre se essa isenção se aplicaria a transações tais como contratos de locação e obrigações de descomissionamento em que as entidades reconhecem em simultâneo quer um ativo, quer um passivo. Esta emenda vem clarificar que a isenção do reconhecimento inicial não se aplica a estas transações em que resultam montantes iguais de diferenças tributáveis e dedutíveis que resultem do reconhecimento inicial e, assim, as entidades deverão reconhecer o imposto diferido associado a tais transações.

Aplicável os períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Alterações à IFRS 17: Aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 – Informação comparativa (Regulamento 2022/1491 da Comissão, de 8 de setembro de 2022)

A IFRS 17 e a IFRS 9 têm diferentes requisitos de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar mismatches contabilísticos entre os ativos financeiros e os passivos de contratos de seguros na

informação comparativa que é apresentada nas suas demonstrações financeiras quando é aplicada a IFRS 9 e a IFRS 17 pela primeira vez. Esta emenda, através da introdução de uma opção para uma apresentação da informação comparativa à cerca dos ativos financeiros, vem ajudar as seguradoras a evitar estes mismatches contabilísticos temporários e, assim, incrementar a utilidade da informação comparativa para os investidores.

Aplicáveis aos períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo apenas permitida a aplicação desta emenda aquando da aplicação inicial da IFRS 17 Contratos de Seguros e da IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2024

Alterações à IAS 1 – Classificação dos passivos como correntes ou não correntes e passivos não correntes com convenções (Regulamento 2023/2822 da Comissão, de 19 de dezembro de 2023)

Estas alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, vêm clarificar os requisitos que uma entidade aplica para determinar se um passivo é classificado como corrente ou como não corrente. Estas alterações, em natureza, pretendem ser apenas uma redução de âmbito, clarificando os requisitos da IAS 1, e não uma modificação aos princípios subjacentes.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024 retrospectivamente, em conformidade com a IAS 8.

Alterações à IFRS 16 – Passivo de locação numa venda e relocação (Regulamento 2023/2579 da Comissão, de 20 de novembro de 2023)

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma emenda de âmbito limitado aos requisitos para operações de sale and leaseback incluídos na IFRS 16 Locações, adicionando aos requisitos existentes explicações sobre como é que uma entidade contabiliza a operação de sale and leaseback após a data da respetiva transação.

A IFRS 16 inclui os requisitos sobre como uma entidade deve contabilizar uma operação de sale and leaseback à data em que a transação ocorre. Contudo, a IFRS 16 não especificou de que forma deve ser mensurada essa operação após essa data.

As emendas agora emitidas são adicionadas aos requisitos de sale and leaseback da IFRS 16, suportando assim uma aplicação consistente desta norma contabilística.

Estas emendas não alteram a contabilização de outras locações que não resultem de uma operação de sale and leaseback.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024.

3. Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 – Acordos de financiamento com fornecedores (emitida pelo IASB em 25mai23)

As emendas à IAS 7 e à IFRS 7 introduzem novos requisitos de divulgação para aumentar a transparência dos acordos de financiamento com fornecedores e os seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade, complementando os requisitos já existentes nas IFRS e exigindo que uma entidade divulgue:

- os respetivos termos e condições;
- o montante dos passivos que fazem parte dos acordos, discriminando as quantias relativamente às quais os fornecedores já receberam pagamento de financiadores e indicando onde esses passivos se apresentam no balanço;
- os intervalos de datas de vencimento dos pagamentos; e
- as informações sobre o risco de liquidez.

Os acordos de financiamento de fornecedores são geralmente chamados de financiamento da cadeia de fornecimento, financiamento de contas a pagar ou acordos de factoring inverso.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 21 – Ausência de intercambiabilidade (emitida pelo IASB em 15ago23)


Em 15 de Agosto, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma emenda à IAS 21 intitulada “Lack of Exchangeability”. Esta emenda resultou do facto da IAS 21, até ao momento, não incluir qualquer requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio a aplicar quando uma determinada moeda estrangeira não consegue ser cambiada por outras moedas, levando a uma diversidade no tratamento prático que era aplicado nestas situações.

As emendas, agora introduzidas, incluem essencialmente o seguinte:

- Os requisitos para avaliar quando é que uma moeda é cambiável noutras moedas e quando é que não é cambiável;
- Os requisitos para determinar a taxa de câmbio à vista quando uma determinada moeda não é cambiável em outras moedas;
- Os requisitos de divulgações adicionais aplicáveis quando uma entidade efetua estimativas sobre a taxa de câmbio à vista porque a moeda não é cambiável em outras moedas;
- Guias de aplicação para auxiliar as entidades na avaliação sobre se uma moeda é ou não cambiável em outras moedas e a estimar a taxa de câmbio à vista quando esta não for cambiável;
- Exemplos ilustrativos; e
- Emendas à IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro para alinhar os requisitos relacionados com hiperinflações severas com os das atuais emendas à IAS 21.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

O Contabilista Certificado

 Digitally signed by
MADEIRP
Date: 2024.03.25
11:32:50 Z

O Conselho de Administração

**Paulo Santar
Ferreira**

Digitally signed by
Paulo Santar Ferreira
Date: 2024.03.26
20:22:11 Z

**CMACH
AD**

Digitally signed
by CMACHAD
Date: 2024.03.27
18:05:36 Z



ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, Sociedade Financeira de Crédito, SA (adiante também designada por MBFS ou Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 692 510 275 euros e um total de capital próprio de 82 547 492 euros, incluindo um resultado líquido de 8 341 682 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, Sociedade Financeira de Crédito, SA em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a MBFS, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2024



Gonçalo Raposo da Cruz,
(ROC nº 1189, inscrito na CMVM sob o nº 20160800)
em representação de BDO & Associados - SROC